



#### **Conselheiros**

Saulo Mesquita - Presidente
Helder Valin - Vice-Presidente
Sebastião Tejota - Corregedor-Geral
Kennedy Trindade - Ouvidor
Edson Ferrari - Diretor-Geral da Escola Superior de Controle Externo
Carla Santillo - Presidente da Primeira Câmara
Celmar Rech - Presidente da Segunda Câmara

#### **Conselheiros Substitutos**

Heloísa Helena Antonacio Monteiro Godinho Flávio Rodrigues Cláudio André Abreu Costa Marcos Antônio Borges Humberto Bosco Lustosa Barreira Henrique Veras

### Ministério Público de Contas junto ao TCE-GO

Carlos Gustavo Silva Rodrigues- Procurador-Geral Fernando dos Santos Carneiro Eduardo Luz Gonçalves Maísa de Castro Sousa Silvestre Gomes dos Santos



#### Chefe de Gabinete da Presidência

Nádia Rezende Faria

#### **Secretaria de Controle Externo**

Sérvio Túlio Teixeira e Silva

#### **Secretaria Administrativa**

Cássio Resende de Assis Brito

#### **Secretaria-Geral**

Ana Paula de Araújo Rocha

### Diretoria de Comunicação

Heloísa Rodrigues de Lima

#### **Diretoria de Controle Interno**

Lana Menezes de Castro

#### Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão

Vera Nubia Zandonadi Gomes

#### **Diretoria Jurídica**

Bruno Carneiro Leão Oliveira

### Diretoria de Tecnologia Da Informação

Licardino Siqueira Pires

#### Assessoria de Segurança Institucional

Coronel Anderson Efigênio de Almeida

### **Assessoria Superior ao Ouvidor**

Marcus Vinícius do Amaral

#### Coordenação da Escola Superior de Controle Externo

**Jaqueline Gonçalves Nascimento** 



#### Missão

"Exercer o Controle Externo contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão das políticas e dos recursos públicos, em prol da sociedade"

#### Visão

"Ser uma instituição essencial e de excelência no exercício do Controle Externo"

#### **Valores**

Nossos valores modelam nossas atitudes, potencializando resultados e assegurando a essencialidade da instituição.

- Ética
- Integridade
- Responsabilidade junto à sociedade
- Compromisso Social
- Impessoalidade
- Transparência
- Imparcialidade
- Inovação
- Independência

### Política do Sistema de Gestão Integrado

O TCE-GO, na busca do aperfeiçoamento do controle externo e com objetivo de contribuir para a gestão das políticas e dos recursos públicos, em benefício da sociedade, compromete-se com:

I. atendimento aos requisitos legais aplicáveis e outros subscritos pela organização;

II. atuação com base em prevenção de riscos e maximização de oportunidades;

III. melhoria contínua desencadeada pelo planejamento estratégico e execução das iniciativas de melhoria:

IV. controle de processos de trabalho, produtos e serviços;

**V.** desenvolvimento de serviços e colaboradores, garantindo a devida conscientização ambiental e em segurança da informação;

**VI.** a proteção do meio ambiente, incluindo a prevenção da poluição, o controle de resíduos, com foco no aumento do desempenho ambiental, representado pela utilização de recursos sustentáveis;

**VII.** disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações que trafegam na instituição;

VIII. prestação de contas com foco nas necessidades e expectativas das partes interessadas.







# **APRESENTAÇÃO**

Esta é a <u>décima sétima</u> edição do <u>Boletim de Governança e Gestão (BGG)</u>, instrumento de prestação de contas trimestral produzido pela Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão (DI-PLAN). Seu objetivo é a apresentação de conteúdo gerencial sobre o TCE-GO, de modo a gerar maior disseminação de informações e ampliar a participação de membros, servidores, gestores e sociedade na vida organizacional desta Corte de Contas.









As ações de controle externo eletivas do TCE-GO são direcionadas pelo seu Plano de Fiscalização, que tem periodicidade bienal. O Plano de Fiscalização 2023-2024, aprovado pela Resolução n. 2/2023, possui 35 Linhas de Ação de Controle Externo (LACE's), relacionadas com dez marcadores temáticos. Abaixo, apresentam-se as fiscalizações decorrentes do Plano para fins de prestação de contas, relacionadas por relatoria, temas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU):

Kennedy Trindade			Sebastião Tejota			Edson Ferrari		Carla Santillo	Celmar Rech
ento para fisc- alizar a execuç-	Auditoria Operacional para verificar e avaliar a gestão e a regularidade dos Termos d	Levantamento com o objetivo de conhecer como a SEDUC está estruturada para acompa	Acompanhan para compres e avaliar a elaboração do 2024-2027. Situação: Em Inspeção	ender para f const o PPA unida atend	npanhamento fiscalizar a trução da de de limento to-juvenil do Monitoram-	Auditoria de Conformidade para avaliar a gestão dos convênios celebrados com as prefei	Auditoria de Conformidade para verificar indícios de irregularidades na folha de pagamento d	Levantamento para avaliar os Portais de Transparência do Poder Executivo Esta Monitoramento para verificar o	Auditoria Operacional para avaliar a eficiência da Ação 2146 do PPA 2019-2023 referente Levantamento para verificar as condições
Operacional para avaliar o sistema de regulação dos serviços de	de conhecer o	Levantamento para fiscalizar a estrutura e atuação do Controle Interno nas licitações, no	objetivo de verificar a quantidade e qualidade dos serviços	para fiscalizar os	verificar o cumprimento dos to dos itens decisórios constantes 3/2020. decisórios do Acórdão	Levantamento com o objetivo de medir a maturidade de governança e gestão nas organizações	o atendimento das recomendaçõ- es exaradas p-	cumprimento do item decisório "b" do Acór	de oferta educacionais na rede estadual de e
				gerados to				Helder Valin	
				pelo Pregão Eletrônico nº 03/2020. Situação:				Acompanhamento para fiscalizar a execução das despesas com pe	Inspeção para avaliar o estado atual de trafegabilidade em tre.

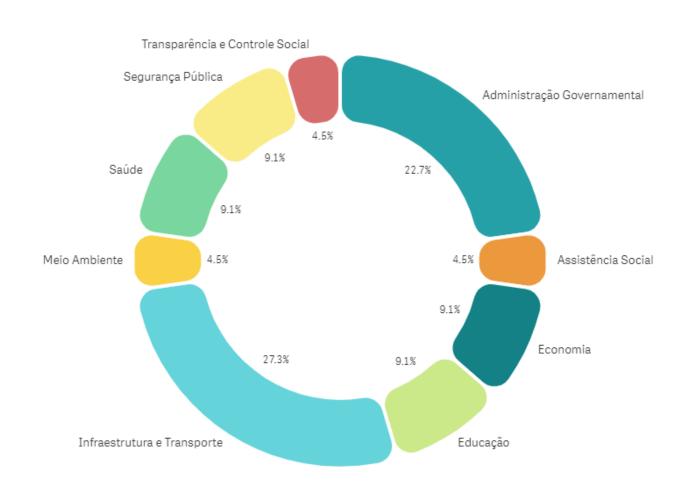






#### Fiscalizações por marcadores temáticos

Acompanhe as fiscalizações do TCE-GO agrupadas por marcador temático.



## BGG | BOLETIM DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



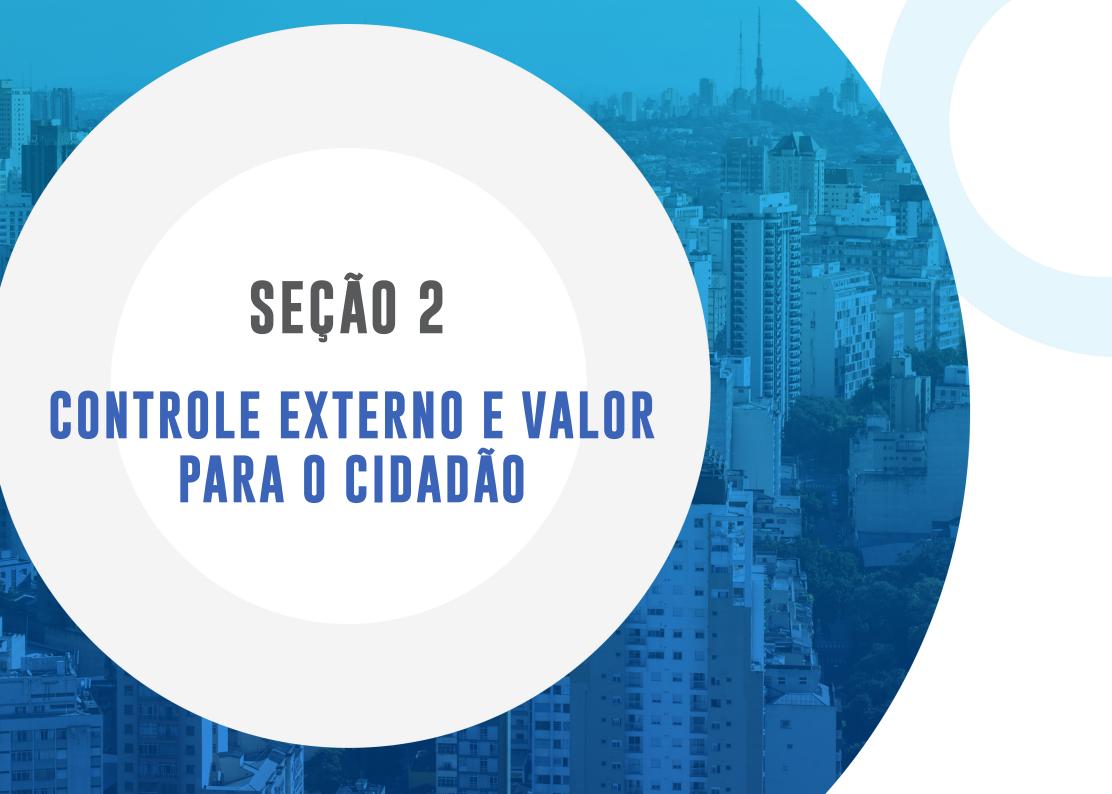




#### Fiscalizações por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

As fiscalizações realizadas pelo TCE-GO se alinham aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

16: Paz, justiça e instituições eficazes				9: Indústria, inovação e infraestrutura			3: Boa saúde e bem-estar		17: Parcerias e meios de	8: Emprego de	cent 16	0: Redução das de
Acompanhamento da execução do Plano de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás - RRF		a maturidade de governança e gestão nas organizações de	Levantamento para avaliar os Portais de Transparência do Poder Executivo Estadual, demais Poderes Estaduais	Auditoria Operacional para verificar e avaliar a gestão e a regularidade dos Termos de Acordo	Inspeção para avaliar o estado atual de trafegabilidade em trechos rodoviários pavimentados	Levantamento com o objetivo de conhecer como a SEDUC está estruturada para acompanhar, controlar e fiscalizar as contratações real	da construção da unidade de atendimento infanto-juvenil do Centro Oncológico		Auditoria de Conformidade para avaliar a gestão dos convênios celebrados com as prefeituras	Acompanhament execução do Plan Recuperação Fiso Estado de Goiás -	o de Co cal do av RRF co	uditoria de onformidade para raliar a gestão dos onvênios celebrados om as prefeituras
		segurança pública do Estado de Goiás	(Legislativo e Judiciário) e Órgã	de Regime Especial - TARE's.		Levantamento com o objetivo de conhecer o universo de	de Referência do E		Auditoria Operacional para avaliar o sistema de regulação			co 15: Vida ter
	Auditoria de Conformidade para verificar indícios de irregularidades na	Levantamento para fiscalizar a estrutura e atuação do Controle Interno		Inspeção com o objetivo de verificar a quantidade e qualidade dos	Inspeção para fiscalizar os contratos gerados pelo Pregão	obras paralisadas ou inacabadas existentes em Goiás que detém recursos fin Monitoramento para verificar o	4: Educação de qua Levantamento com o objetivo de conhecer como a	ualidade Levantamento para verificar as condições de oferta	públicos, ambulatorial e hospitalar no Estado de Goiás 6: Água potável e sanea	para verificar o atendimento das recomendações	para verific atendiment das	to atendimento das
	folha de pagamento de órgãos estaduais		constantes do Acórdão nº 1998/2017	serviços executados de revestimento asfáltico da rodovi	Eletrônico nº 03/2020	cumprimento do item decisório "b" do Acórdão nº 1194/2020	SEDUC está estruturada para acompanhar, controlar e fiscaliz	educacionais na rede estadual de ensino	avaliar a eficiência da Ação		exaradas pe Acórdão nº 1573/2018	Acórdão nº









# TCE-GO prepara normatização para fiscalizar contratos do Estado com OS

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) está normatizando a prestação de contas e fiscalização de contratos de gestão por organizações do terceiro setor. O objetivo é instituir novas normas sobre a fiscalização da qualificação de entidades como organizações sociais, sobre a formalização e a execução dos contratos de gestão firmados pelo Estado de Goiás, bem como sobre a regulamentação das prestações de contas de seus órgãos ou entidades supervisoras.

# TCE-GO orienta Seduc sobre cumprimento de disposições nos editais de pregão

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) alertou a Seduc que é obrigação do pregoeiro verificar o cumprimento das disposições do edital quanto ao modo de disputa e intervalo mínimo de valores ou de percentuais entre lances, julgando parcialmente procedente representação formulada por empresa licitante de pregão realizado pela Secretaria de Estado da Educação. A relatora, conselheira Carla Santillo, porém, não declarou a ilegalidade do procedimento, uma vez que este já foi finalizado, o contrato foi assinado e a

administração conseguiu garantir a proposta de menor preço, com base no princípio do interesse público e da razoabilidade.

# Goinfra deve atualizar gastos com licitações no sistema GeoObras

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) recomendou à Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) que mantenha atualizada a alimentação do sistema GeoObras, software que gerencia informações de obras executadas em todos os órgãos da esfera estadual e que possibilita a consulta de investimentos realizados pelo governo estadual em infraestrutura, em observância à Resolução Normativa nº 002/2012 do Tribunal.







# Secretário e ex-gestores da Saúde são multados por descumprimento de decisão

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) aplicou multa ao secretário de Estado da Saúde, Sérgio Alberto Cunha Vencio, e aos seus antecessores no cargo, Ismael Alexandrino Júnior e Sandro Rogério Rodrigues Batista, por descumprimento de determinações referentes à fiscalização de organizações sociais responsáveis pela gestão das seguintes unidades: Hospital de Urgência da Região Sudoeste (Hurso), Hospital Estadual Ernestina Lopes Jaime (Heelj) e Hospital Estadual de Jaraguá (Heja). Cabe recurso da decisão.

# TCE-GO recomenda que OS não contrate serviços de empresa que tenha servidor público como sócio

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) recomendou à Secretaria de Estado da Saúde para que oriente organização social sobre a necessidade de se observar nas suas futuras contratações <u>a vedação legal de manter relacionamento comercial ou profissional</u> com entidades privadas cujos dirigentes, diretores, sócios, gerentes colaboradores e equivalentes sejam agentes públicos de poder, órgão ou entidade da administração

pública estadual. Na decisão, aprovada por meio do Acórdão nº 1903/2023, relatado pelo conselheiro Sebastião Tejota, o TCE-GO não aplicou multa aos responsáveis, por não estar caracterizada conduta dolosa ou culposa.

### Débito de R\$ 273 mil é imputado a exgestora de colégio estadual

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) julgou irregulares as contas de ex-gestora, imputando-lhe débito no valor de R\$ 273.160,00. Érica Chaves Cruvinel foi responsabilizada pelo dano ao erário devido à omissão na prestação de contas de recursos repassados pelo Programa Estadual Dinheiro Direto na Escola (ProEscola) ao Colégio Estadual Professor José Lopes Rodrigues, em Aparecida de Goiânia. A deliberação é resultado de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Estado da Educação.







# TCE-GO suspende chamamento para contratação de OS para gestão de hospital

Uma medida cautelar, emitida pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), determinou a <u>suspensão</u> do Chamamento Público nº 10/2022 da Secretaria de <u>Estado da Saúde</u>. O processo refere-se à contratação, via contrato de organização social responsável pela gestão, operacionalização e execução de ações e serviços no Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (HEMNSL).

# Goinfra e TCE-GO firmam termo para solucionar obra na GO-237

O Pleno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) referendou Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) firmado com a Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) em razão de inconsistências nos padrões de regularidade visualizadas pelo TCE-GO no âmbito da construção de uma passarela na Rodovia GO-237, no trecho entre Niquelândia e Muquém. O TAG foi celebrado entre o TCE-GO e a Goinfra, tendo como intervenientes a Secretaria de Estado da Economia e a Procuradoria Geral do Estado (PGE), sendo relatado pelo conselheiro Kennedy Trindade.

# Tribunal identifica irregularidade em remuneração de ex-diretora de OS

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) julgou irregulares as contas objeto da tomada de contas especial que apurou a remuneração de ex-diretora técnica regional do Instituto de Gestão e Humanização (IGH), organização social (OS) responsável pela gestão dos hospitais Materno Infantil (HMI), Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (HEMNSL) e Estadual de Aparecida de Goiânia (Heapa). O procedimento, realizado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), revelou que houve pagamento de valores acima do teto remuneratório estabelecido por lei estadual.







### Representantes do TCE-GO conhecem Sala de Gestão e Governança da Educação Básica

Representantes do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) reuniram-se com o coordenador da Sala de Gestão e Governança da Educação Básica do Brasil. O projeto é fruto de parceria entre a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) e o Laboratório de Inovação em Governança, da Gestão de Riscos, do Controle e da Auditoria do Setor Público da Universidade de Brasília (LabGOVER/UnB). O objetivo é oferecer aos municípios brasileiros um modelo de gestão e governança por meio do Sistema de Informação de Governança Baseado em Custos (SICGESP), que poderá ser alimentado mensalmente com as informações contábeis das secretarias municipais de educação.

### TCE-GO divulga novo Boletim Estratégico do Quadro de Pessoal

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) divulgou, no Observatório do Cidadão, em seu site, uma nova edição do <u>Boletim Estratégico do Quadro de Pessoal</u>. O documento fornece informações sobre a quantidade de servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como a evolução do quadro ao longo dos anos e seu respectivo

custo. O boletim é um importante instrumento para a tomada de decisão estratégica do TCE-GO, pois fornece informações valiosas sobre a força de trabalho estadual.

# Observatório do Cidadão revela atual situação de rodovias estaduais

As condições de trafegabilidade das rodovias estaduais pavimentadas foram avaliadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás em fiscalização que buscou identificar, mediante levantamento visual de 112 trechos, problemas que possam trazer risco à segurança dos usuários. A inspeção foi iniciada em março de 2023 e forneceu os dados necessários para a atualização do painel Fiscalização das Rodovias Estaduais, disponível no Observatório do Cidadão, no site do TCE-GO.







# Tribunais de contas debatem fiscalização em saneamento básico

A melhoria da qualidade de vida das pessoas foi o ponto destacado por todos os integrantes da mesa de abertura do Seminário "O Controle Externo e o Novo Marco Legal do Saneamento Básico. Para o conselheiro Joaquim de Castro (TCM-GO), representando as entidades Abracom, Atricon e CNPTC, a discussão sobre o Novo Marco Legal do Saneamento é atual, e os tribunais de contas têm o papel fundamental de fiscalizar, além dos estados e municípios, as concessões e privatizações. A iniciativa atende ao disposto no Acordo de Cooperação firmado entre o IRB e a ANA, de promoção de ações educacionais para o intercâmbio de experiências, o compartilhamento de informações e as metodologias entre técnicos da agência e membros e servidores dos tribunais de contas brasileiros.

# Pleno do TCE-GO julga procedente representação contra a Ceasa

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) julgou procedente representação em desfavor da Centrais de Abastecimento de Goiás S/A (Ceasa), declarando a ilegalidade de termo aditivo que alterou a finalidade

do contrato firmado com empresa para exploração de espaço para atividades de auto elétrica e mecânica, mas, após a assinatura de aditivo, passou-se a permitir a comercialização de frutas. O acórdão determina à Ceasa que aprimore a transparência de contratos, termos, aditivos, licitações e outras informações correlatas, e disponibilize em página própria todos os contratos e termos de concessão e permissão de uso já pactuados, desde que ainda vigentes, e seus respectivos aditivos.

# TCE-GO determina encontro de contas para apurar pagamentos a duas OS

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) terá de fazer, no prazo máximo de 60 dias, um encontro de contas entre os pagamentos majorados em 68,84% que fez às organizações sociais (OS) encarregadas de gerir o Hospital Estadual de Jaraguá (Heja). A determinação foi expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). O processo teve início com denúncia formulada à Ouvidoria do TCE-GO. Como o levantamento inicial demonstrou que o contrato celebrado entre a SES e o Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar (IBGH) foi aditivado em mais de 60%, a denúncia foi recebida como representação.







# TCE-GO adverte Secretaria sobre falhas em contratação de espetáculos natalinos

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) emitiu um alerta à Secretaria de Estado da Retomada, ressaltando a importância de incluir previsão de garantia contratual específica em seus processos licitatórios. A medida visa evitar possíveis riscos associados à antecipação de pagamento. O TCE-GO também chamou atenção para a falta de comprovação de que a antecipação do valor integral era uma exigência reiterada no setor de prestação dos serviços.

# Acompanhamento do TCE-GO avalia execução do Plano de Recuperação Fiscal

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) fiscalizou um montante superior a R\$ 21 bilhões para avaliar o cumprimento das metas do Plano de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás. O resultado desse trabalho, elaborado pelo Serviço de Fiscalização de Contas de Governo, foi relatado pelo conselheiro Kennedy Trindade. Atendendo às sugestões feitas pela unidade técnica do TCE-GO, expediu recomendações à Secretaria de Estado da Economia para que promova o

melhoramento contínuo do portal eletrônico do Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

# TCE-GO cria índice de efetividade para a gestão estadual

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) aderiu à Rede Nacional de Indicadores Públicos (Rede Indicon) e vai aplicar, a partir deste ano, o Índice de Efetividade da Gestão Estadual (IEGE/TCE-GO), no âmbito de toda a administração pública do Estado de Goiás. O índice tem como objetivo avaliar a qualidade dos meios empregados para se alcançar, de forma abrangente, a efetividade da gestão estadual. Os resultados da apuração do índice subsidiarão a emissão do parecer prévio sobre as contas anuais do chefe do Poder Executivo Estadual, e permitirão a construção de série histórica para acompanhamento da efetividade da gestão estadual, ao longo do tempo, sob o enfoque das dimensões selecionadas.







### Empreiteira é condenada a ressarcir Estado em mais de R\$ 1 milhão por superfaturamento

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) condenou a Empresa Sul Americana de Montagens S/A (Emsa) a ressarcir o Estado de Goiás em valores que, corrigidos, vão ultrapassar R\$ 1 milhão. O montante refere-se a superfaturamento e irregularidades construtivas nas obras de terraplenagem, pavimentação asfáltica e execução de obras especiais na duplicação da Rodovia GO-213, trecho Morrinhos/Caldas Novas. O caso originou-se de auditoria convertida em tomada de contas especial, a partir de uma instrução técnica conclusiva elaborada pelo Serviço de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia do TCE-GO.

# TCE-GO quer atualização de dados sobre pagamentos acumulados de pensões

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) requereu à Secretaria de Segurança Pública (SSP) a atualização de <u>informações sobre os processos por acúmulo irregular</u> de pensões especiais pagas cumulativamente e pelas mesmas razões pela União e pelo Estado a 19 anistiados políticos goianos. Em acórdão

relatado pelo conselheiro Kennedy Trindade, o Tribunal questiona se foi dado aos interessados o direito de opção e, se a escolha não tiver sido pelo benefício estadual, que sejam tomadas providências para a suspensão do pagamento e o ressarcimento ao erário.

# Denúncia à Ouvidoria do TCE-GO resulta em fiscalização de obra em escola estadual

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) julgou representação sobre irregularidades na reforma de uma escola, <u>originada de uma notícia recebida por sua Ouvidoria</u>. O caso foi enviado à Gerência de Controle de Obras e Serviços de Engenharia, unidade técnica do TCE-GO, que averiguou a procedência da denúncia, encontrando falhas na execução da reforma do Colégio Estadual Jardim Alto Paraíso, em Aparecida de Goiânia.







# TCE-GO vai aferir qualidade de suas fiscalizações

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) instituiu o Sistema de Qualidade das Fiscalizações (SiQ) para que sua Secretaria de Controle Externo possa efetuar o controle da qualidade das fiscalizações realizadas pelo órgão. De acordo com a Resolução Administrativa nº 13/2023, trata-se de "um conjunto de elementos interrelacionados com objetivo de controlar e garantir a aderência das fiscalizações realizadas pela Secretaria de Controle Externo às Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (Nbasp)". Além da verificação quanto à aplicação das NBASP, o controle deve identificar falhas ou deficiências no desenvolvimento das atividades de fiscalização e corrigi-las tempestivamente, assegurar que os objetivos da fiscalização sejam atingidos e garantir a qualidade dos produtos intermediários ou finais das fiscalizações.

# Sistema de gestão de processos de tomada de contas especial será obrigatório

Os órgãos e entidades públicas sujeitos à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) já podem utilizar o <u>sistema informatizado para a gestão dos processos de tomadas de contas especial</u>, disponível

no portal TCEHub. O seu uso será obrigatório para a gestão de processos em até 180 dias após a publicação oficial da normativa. Os jurisdicionados devem se organizar para que seus titulares, bem como os servidores designados para compor as comissões de tomada de contas especial sejam cadastrados tempestivamente junto ao TCE-GO, de forma que a gestão desses processos se dê pelo sistema informatizado, no prazo estabelecido.

# Reitor da UEG multado por não atender determinação do TCE-GO

Oreitor da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Antônio Cruvinel Borges Neto, foi multado em R\$ 29.284,00 pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) por não cumprir determinações do órgão de fiscalização. A penalidade foi aplicada após uma investigação do TCE-GO que identificou irregularidades nas despesas com pessoal da UEG, apontadas pelo sistema e-Pessoal do Tribunal de Contas da União (TCU). Além da multa, o Acórdão nº 2639/2023, estabelece um novo prazo de 30 dias úteis para que a UEG cumpra as determinações anteriores. O reitor foi alertado de que o descumprimento da decisão pode acarretar reincidência e resultar em uma nova sanção, com aumento do percentual aplicado.









### Servidores do TCE-GO publicam artigo na Revista do Servico Público

Os servidores do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), Maurício Barros de Jesus, André da Silva Goes, Leonardo de Guimarães Santiago e Marcelo Augusto Pedreira Xavier, além do professor Sólon Bevilacqua, da Universidade Federal de Goiás (UFG), assinam artigo publicado na Revista do Serviço Público que trata da aplicação de inteligência artificial (IA) no processamento de linguagem jurídica. A publicação aborda o uso de algoritmos no processamento de linguagem jurídica com o objetivo de identificar normas aplicáveis a uma determinada temática legal. O estudo verificou em que medida uma norma se aplica ao tema selecionado.

# Reunião define ações de segurança da informação no TCE-GO

A gestão de vulnerabilidades e incidentes de segurança da informação foi um dos temas da reunião realizada pelo Comitê de Segurança da Informação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). No encontro, também foi abordada a necessidade de criação da política de privacidade e de atualizar as políticas de controle de acesso virtual, de desenvolvimento de software e de acesso físico à sede do órgão.

# Reunião de Análise Crítica mostra rumos para recertificação ISO no TCE-GO

Gestores máximos das unidades organizacionais participaram da Reunião de Análise Crítica (RAC), etapa fundamental das auditorias de certificação ISO do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). Na oportunidade, foram relatados os quantitativos de oportunidades de melhoria e não-conformidades apontados na auditoria interna para verificar o nível de aderência do Sistema de Gestão Integrado (SGI) do TCE-GO às normas ISO 9001 (Gestão da Qualidade), 14001 (Gestão Ambiental) e 27001 (Segurança da Informação). Foi mostrado o desempenho e eficácia do SGI, o progresso das ações avaliadas e ainda um comparativo da atual análise crítica com a de anos anteriores.







# Gestores do TCE-GO fazem prestação de contas do segundo trimestre

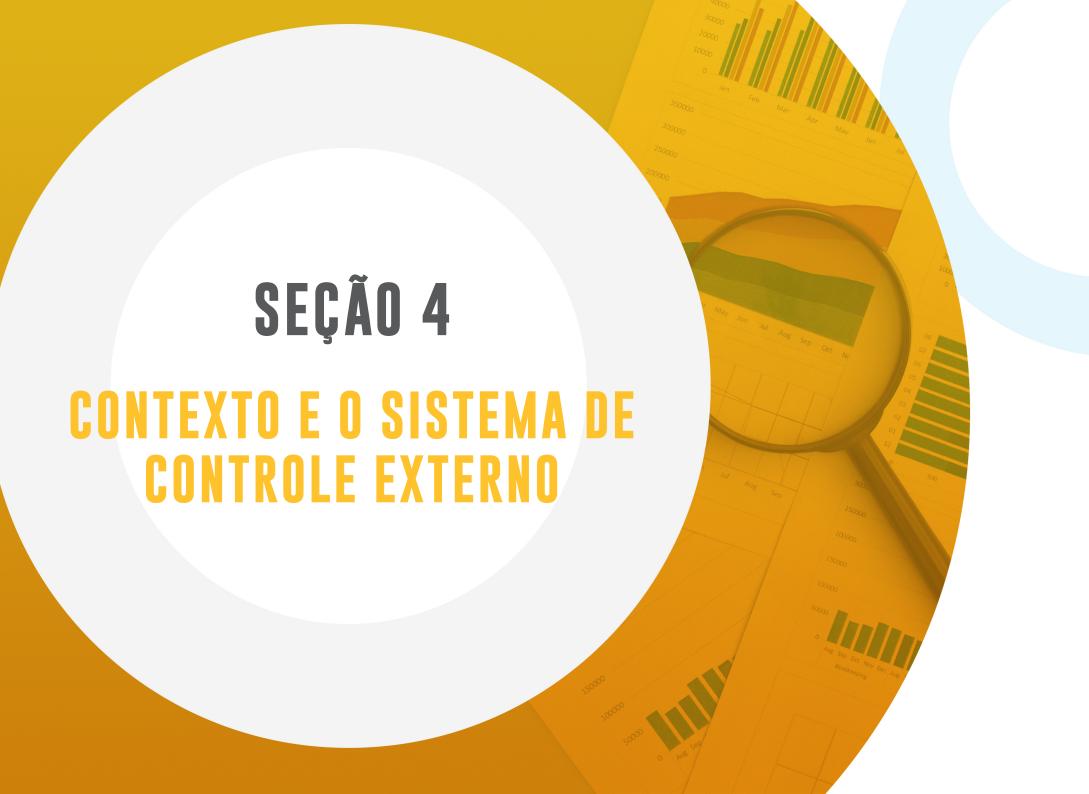
Secretários, diretores e coordenadores do Tribunal de Contas do Estado de Goiás participaram da Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE) que contou com a presença do presidente, conselheiro Saulo Mesquita. Durante o encontro, realizado na Sala Selva Cavalcanti, os gestores apresentaram uma breve prestação de contas do segundo trimestre de suas respectivas unidades e foram deliberadas alterações nos planos diretores para o biênio 2023/2024.

# Ciclo de avaliação do MMD-TC em 2024 terá 469 critérios

A Diretoria da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) aprovou a proposta de atualização dos indicadores do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC) para o ciclo de 2024. O ciclo 2024 terá 469 critérios de avaliação da atuação das cortes. O MMD-TC é o principal instrumento de avaliação dos tribunais de contas. A iniciativa visa identificar pontos fortes e oportunidades de melhorias nas rotinas administrativas, de fiscalização e julgadoras dos órgãos de controle, além de dar visibilidade às boas práticas desenvolvidas.

### Atricon debate plano estratégico

Membros de tribunais de contas, procuradores e servidores dos órgãos de controle reuniram-se <u>para debater o Plano Estratégico da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil</u> (Atricon). As iniciativas que compõem o documento deverão nortear as ações da entidade nos próximos seis anos. A dinâmica das análises consiste na discussão da proposta do Plano por grupos temáticos formados por técnicos e membros dos TCs. Após as discussões, serão apresentadas sugestões de aperfeiçoamento.









### Relatório divulga auditorias da Rede Integrar

A Rede Integrar de Fiscalização de Políticas Públicas Descentralizadas disponibilizou no site do Instituto Rui Barbosa (IRB) o Relatório Parcial das Atividades em 2023. A Rede Integrar é uma rede colaborativa com a participação das entidades representativas e Tribunais de Contas do Brasil. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) é uma das cortes integrantes da rede.

#### Primeira Infância

Governo Federal sanciona lei que institui agosto como Mês da Primeira Infância. A iniciativa tem como objetivo promover ações de conscientização sobre a importância da atenção integral às gestantes e às crianças de zero até seis anos de idade e suas famílias, em todo o território nacional. A medida vai ao encontro das propostas do Comitê Técnico da Primeira Infância do Instituto Rui Barbosa (IRB), presidido pelo conselheiro Edson Ferrari, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO).

Atricon lança recomendação sobre a primeira infância na Câmara Federal. A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) irá promover evento para a inclusão da primeira infância no ciclo orçamentário. O evento, na Câmara dos Deputados, marca a apresentação

da <u>Nota Recomendatória Conjunta nº 01/2023</u>, que visa a priorização da primeira infância durante o processo de discussão e aprovação do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Comitê Goiano pela Primeira Infância se reúne no TCE-GO. Os integrantes do Comitê Goiano do Pacto Nacional pela Primeira Infância se reuniram na sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) para deliberações. O encontro foi o primeiro do grupo na Corte de Contas e abriu o Mês da Primeira Infância, instituído recentemente pela Lei Federal 14.617, de 10 de julho de 2023.

Seminário Pacto Nacional pela Primeira Infância: presidente da Atricon apresenta ações da entidade e dos TCs. As ações desenvolvidas pela Atricon e pelos tribunais de contas em favor do cumprimento do Marco Legal da Primeira Infância foram apresentadas pelo presidente da entidade, Cezar Miola, durante evento promovido em Passo Fundo (RS). Durante a participação no painel "Enfrentamento e Prevenção da Violência a partir da Justiça Restaurativa e do Pacto Nacional pela Primeira Infância", o presidente da Atricon destacou o trabalho de estímulo à fiscalização e orientação desenvolvido pela entidade em relação às políticas públicas direcionadas à população infantil e destacou diversas legislações que precisam ser cumpridas pelo Poder Público.







Primeira infância é tema de encontro de instituições sulmato-grossenses. O evento foi promovido pelo TCE do Mato Grosso do Sul em parceria com o Governo do Estado, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Assembleia Legislativa, Defensoria, prefeitos e representantes da academia e da sociedade civil. O conselheiro Edson Ferrari, que preside o Comitê Técnico da Primeira Infância do Instituto Rui Barbosa (CTPI-IRB), destacou a iniciativa capitaneada pelo presidente da Corte sulmato-grossense.

Tribunais promovem reunião para conhecer ações do TCE-TO para a primeira infância. O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO) promoveu reunião com representantes de outras Cortes com o objetivo de apresentar as ações que resultaram no Compromisso Tocantinense pela Primeira Infância.

Pacto Goiano pela Primeira Infância começa com grande adesão de municípios. O presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), conselheiro Saulo Mesquita, traçou um histórico da luta pelo direito das crianças, a partir do comando constitucional, e a instituição, em 2019, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Pacto Nacional pela Primeira Infância, hoje com mais de 270 entidades participantes, para ações articuladas em favor das crianças e das mães em situação de vulnerabilidade.

Prefeitos e autoridades firmam compromisso pela primeira infância. Com ato simbólico de registrar com tinta das palmas das mãos em um mural e uma foto no palco do auditório do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), selaram o compromisso de prefeitos e autoridades dos Três Poderes do Estado, que aderiram ao Comitê Goiano do Pacto Nacional pela Primeira Infância.

### Secretaria do Tesouro Nacional, IRB e Atricon reúnem-se para tratar do Siafic

Representantes do Instituto Rui Barbosa (IRB) e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) reuniram-se com integrantes da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Ministério da Fazenda para tratar da construção de mecanismos de parceria entre a STN e os tribunais de contas na implementação dos requisitos mínimos do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic) por parte dos entes federativos. O objetivo é que todos que utilizam recursos públicos sigam as mesmas regras e falem a mesma língua na hora de registrar os atos e fatos da administração orçamentária, financeira e patrimonial.







# Atricon divulga texto atualizado de recomendações sobre as emendas pix

A Atricon publicou o texto atualizado da Nota Recomendatória (NR) nº 01/2022, que orienta os tribunais de contas dos estados e dos municípios sobre a fiscalização dos recursos das transferências especiais ao orçamento da União, as chamadas "emendas pix". A NR destaca que os procedimentos previstos para esses repasses podem comprometer a transparência dos gastos. Com o objetivo de assegurar a garantia desse princípio constitucional, a entidade recomenda uma série de ações a serem adotadas pelos órgãos de fiscalização. A entidade também destaca no documento que a execução orçamentária e financeira dessas movimentações precisa ser detalhada e não deve integrar a base de cálculo da receita corrente líquida para fins de repartição, de cálculo do limite de despesa com pessoal e de endividamento do ente federado, conforme previsto no artigo 166 da Constituição da República.

### Congresso Nacional de Saúde tem participação do IRB e do TCE-GO

A conselheira Carla Santillo, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) representou o Instituto Rui Barbosa (IRB), na condição de membro do seu Comitê de Saúde, durante o 37° Congresso do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). O tema é O SUS que falta no Brasil. Por isso, toda programação propõe um olhar dedicado a estratégias para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde e perspectivas para o futuro da saúde pública em todo país.

# Boletim de Jurisprudência destaca decisões do TCE-GO

A 18ª edição do Boletim de Jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Goiás está disponível para consultas no site da instituição. O objetivo é facilitar o acompanhamento e a compreensão das decisões mais relevantes, no período compreendido entre abril e junho de 2023. O Boletim é elaborado pelo Serviço de Jurisprudência do TCE-GO, a partir dos votos dos relatores, com periodicidade trimestral, com edições trimestrais publicadas no Portal TCE-Juris.







### Gaepes lançam newsletter mensal

Os Gabinetes de Articulação pela Efetividade da Política da Educação (Gaepes) instituíram seu newsletter mensal que vai trazer as novidades, os temas tratados, e os principais encaminhamentos e ações. O grupo que desenvolveu a ferramenta espera que essa troca de conhecimento possa inspirar e contribuir com o trabalho dessa articulação em cada território e no país como um todo. Os Gaepes são instâncias de diálogo e cooperação entre as entidades do setor público com gestores educacionais e sociedade civil, com o objetivo de avançar na melhoria da educação em ambiente de maior segurança jurídica.

### IRB e Sociedade Brasileira de Pediatria acertam parceria para otimizar vacinação infantil

A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) acertou parceria com o Instituto Rui Barbosa (IRB) para apoio à campanha de imunização infantil e participação em painel sobre a primeira infância no 3º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas. Além da parceria em ações visando reverter os baixos índices de vacinação registrados no País, foi discutida a atuação conjunta entre as entidades

em outros temas que envolvam a atenção primária em saúde às crianças de zero a seis anos de idade, como a oferta de médicos pediatras para os grupos mais vulneráveis.

### TCU promove série de webinários sobre Direitos Humanos e Equidade

O Tribunal de Contas da União (TCU)promove, uma série de dez webinários sobre Direitos Humanos e Equidade. Os temas escolhidos para a iniciativa foram "pessoas com deficiência, mulheres, pessoas negras, migrantes e refugiados, LGBTQIAPN+, crianças e adolescentes, quilombolas, idosos, população em situação de rua e população carcerária". O cronograma de webinários, bem como as inscrições, serão disponibilizados e atualizados no site da Escola Superior do Tribunal de Contas da União. As atividades devem acontecer online, com opções de chat, libras e legendas.







# Atricon reúne informações sobre cursos oferecidos pelos Tribunais de Contas

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) disponibiliza em seu site os cursos e ações de qualificação desenvolvidos pelos 33 órgãos de controle externo do Brasil. Estão disponíveis cursos presenciais e à distância gratuitos. Entre as formações EAD oferecidas e com inscrições abertas, está um curso sobre Auditoria Governamental e Controles Internos, direcionado a servidores públicos municipais, vereadores e controladores.

### TCE-GO celebra 71 anos de sua instalação

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) celebrou <u>o aniversário de 71 anos de sua instalação</u>. Criado pelo artigo 31 da Constituição Estadual de 1947, o TCE-GO foi instalado no dia 1º de setembro de 1952, por força do Decreto nº 130 do mesmo ano, que designou aquela data para a sua instalação solene. Ao comentar a data, o presidente listou avanços recentes do Tribunal, como a consolidação do sistema de teletrabalho, a posse de novos servidores concursados, ações de aprimoramento contínuo e o estreitamento da relação com a Academia, que já gera frutos por meio de convênios firmados com a Universidade Federal de Goiás (UFG) para fiscalização e

gestão de dados, inclusive com utilização de Inteligência Artificial.

# Curso sobre quantificação de benefícios reúne 200 membros e servidores dos TCs

Pelo menos 200 membros e servidores dos órgãos de controleparticiparam da aberturado curso "Quantificação de benefícios gerados pelos Tribunais de Contas". As atividades tiveram o objetivo de oferecer, a partir da experiência do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM-RJ), conhecimentos técnicos e práticos para mensuração dos resultados gerados pela atuação dos órgãos de controle com base na metodologia do Manual de Quantificação de Benefícios (MQB) editado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).







### Fortalecimento da imagem dos TCs passa pela quantificação de benefícios gerados

A experiência do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM-RJ) na quantificação de benefícios gerados a partir de suas ações e na implantação da metodologia, em âmbito nacional, foi amplamente debatida durante evento realizado no Rio de Janeiro. A capacitação foi promovida por TCM-RJ, Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), Instituto Rui Barbosa (IRB) e Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom). O curso de Quantificação de Benefícios Gerados pelos Tribunais de Contas teve como objetivo o fortalecimento da imagem do Sistema Tribunais de Contas perante a sociedade e a demonstração do impacto positivo das atividades de controle exercidas por cada um de seus componentes.

# TCE-GO mostra novidades tecnológicas em evento de auditoria de obras públicas

Dois servidores do Tribunal de Contas do Estado de Goiás apresentaram <u>algumas das novidades tecnológicas</u> que vêm sendo utilizadas pelo órgão fiscalizador goiano durante o 20º Simpósio Nacional de Auditoria de Obras

Públicas (Sinaop). Tule César Barcelos Maia falou sobre a coleta e processamento de dados topográficos, enquanto que Daniel Brandão mostrou o uso dos medidores de densidade não nucleares em auditorias de obras de terraplenagem e pavimentação.

### TCE-GO adere ao Pacto Nacional pela Consciência Vacinal

O Estado de Goiás foi a nona unidade federativa a aderir ao Pacto Nacional pela Consciência Vacinal, uma iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O Pacto, lançado no final de 2022, tem o propósito de conscientizar a população acerca da importância das vacinas previstas no Plano Nacional de Imunização (PNI), voltado para a prevenção de doenças e a retomada de índices seguros e homogêneos de cobertura vacinal em todo o território nacional.







# CONFIRA O RELATO DOS RESPONSÁVEIS POR INICIATIVAS DE MELHORIA NO 3º Trimestre de 2023 CLICANDO NAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS ABAIXO

116 Iniciativas abertas 41 iniciativas fechadas 05 Iniciativas paralisadas/canceladas

#### **ASSESSORIA MILITAR**

04 Iniciativa aberta, 0 fechadas, 0 paralisada/cancelada

#### **DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO**

02 Iniciativa aberta, O fechadas, O paralisada/cancelada

### **DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO**

07 Iniciativas abertas, 08 fechadas, 05 paralisada/cancelada

#### **DIRETORIA JURÍDICA**

03 Iniciativas abertas, O fechada, O paralisada/cancelada

#### DIRETORIA DE GOVERNANÇA, PLANEJAMENTO E GESTÃO

11 Iniciativas abertas, 04 fechadas, 0 paralisada/cancelada

#### ESCOLA SUPERIOR DE CONTROLE EXTERNO AÉLSON NASCIMENTO

08 Iniciativas abertas, 0 fechadas, 0 paralisada/cancelada

#### **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

28 Iniciativas abertas, 11 fechadas, 0 paralisada/cancelada

#### **OUVIDORIA**

05 Iniciativas abertas, 01 fechadas, 0 paralisada/cancelada

#### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA**

14 Iniciativas abertas, 10 fechadas, 0 paralisada/cancelada

#### **SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

18 Iniciativas Abertas, 03 fechadas, 0 paralisada/cancelada

#### **SECRETARIA GERAL**

16 Iniciativas Abertas, 04 fechadas, 0 paralisada/cancelada









Esta seção tem o propósito de destacar os atos normativos com maior relevância publicados pelo TCE-GO, no período de janeiro a setembro de 2023, como meio de facilitar o acompanhamento e compreensão das ações e atividades do Tribunal.

TIPO DE NORMATIVO	NÚMERO /ANO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	EMENTA	DATA DE PUBLICAÇÃO
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA	13/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=18504	Institui o Sistema de Qualidade das Fiscalizações - SiQ no âmbito da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Goiás - TCE-GO.	19/09/2023
PORTARIA	713/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=18424	Fixa o percentual e estabelece critérios para a concessão da Gratificação por Exercício da Atividade de Controle Externo (GEACE)	01/09/2023
RESOLUÇÃO NORMATIVA	7/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/atoNormativo/Publicado?id=18304	Dispõe sobre a aplicação do Índice de Efetividade da Gestão Estadual - IEGE pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS.	18/08/2023
RESOLUÇÃO NORMATIVA	6/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=18184	Dispõe sobre a disponibilização e a operacionalização do sistema informatizado para a gestão do processo de tomada de contas especial.	08/08/2023
PORTARIA	334/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=17164	Designa os servidores representantes da Administração do Tribunal de Contas do Estado de Goiás para comporem a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, gestão 2023/2024.	18/04/2023
PORTARIA	335/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=17144	Institui a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, gestão 2023/2024.	18/04/2023
PORTARIA	317/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=17004	Veda a cessão de servidores do Tribunal de Contas do Estado de Goiás a outros órgãos públicos.	12/04/2023
ORDEM DE SERVIÇO	2/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=17104	Aprova o Plano Anual de Formação e Capacitação do TCE-GO.	31/03/2023
ORDEM DE SERVIÇO	2/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=17084	Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI	31/03/2023
RESOLUÇÃO	2/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=16744	Aprova o Plano de Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Goiás para o biênio 2023-2024.	21/03/2023







TIPO DE NORMATIVO	NÚMERO /ANO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	EMENTA	DATA DE PUBLICAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇO	1/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=17007	Aprova o Plano Diretor da Ouvidoria	15/03/2023
ORDEM DE SERVIÇO	1/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=17006	Aprova o Plano Diretor da Assessoria de Segurança Institucional	15/03/2023
ORDEM DE SERVIÇO	1/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=16825	Aprova o Plano Diretor da Escola Superior de Controle Externo Aélson Nascimento	15/03/2023
ORDEM DE SERVIÇO	1/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=16824	Aprova o Plano Diretor da Diretoria Jurídica.	15/03/2023
ORDEM DE SERVIÇO	1/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=16810	Aprova o Plano Diretor da Diretoria de Comunicação.	15/03/2023
ORDEM DE SERVIÇO	1/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=16807	Aprova o Plano Diretor da Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão.	15/03/2023
ORDEM DE SERVIÇO	1/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=16826	Aprova o Plano Diretor da Diretoria de Tecnologia da Informação.	15/03/2023
ORDEM DE SERVIÇO	1/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=16811	Aprova o Plano Diretor da Diretoria de Controle Interno.	15/03/2023
ORDEM DE SERVIÇO	1/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=16805	Aprova o Plano Diretor da Secretaria Administrativa.	15/03/2023
ORDEM DE SERVIÇO	1/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=16764	prova o Plano Diretor da Secretaria- Geral.	15/03/2023







				,
TIPO DE NORMATIVO	NÚMERO /ANO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	EMENTA	DATA DE PUBLICAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇO	2/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=16725	Aprova o Plano Diretor da Secretaria de Controle Externo	15/03/2023
PORTARIA	190/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=16422	Aprova o Plano de Diretrizes para o biênio 2023/2024 e estabelece prazo para a elaboração dos Planos Diretores de cada área.	15/02/2023
RESOLUÇÃO NORMATIVA	1/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=16382	Atualiza o valor máximo da multa a que se refere o caput do art. 112, da Lei Estadual nº 16.168, de 11/12/2007 para o exercício 2023.	07/02/2023
RESOLUÇÃO NORMATIVA	3/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=16384	Estabelece o valor de alçada a que se refere o caput do art. 63 da Lei Estadual nº 16.168, de 11 de dezembro de 2007.	07/02/2023
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA	1/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=16242	Fixa a composição das Câmaras deliberativas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás para o biênio 2023-2024 e altera a Resolução Administrativa nº 22, de 21 de dezembro de 2022.	24/01/2023
PORTARIA	57/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=16064	Constitui o Comitê de Gestão da Segurança da Informação para o biênio 2023-2024, em conformidade com a Resolução Administrativa nº 11/2022.	12/01/2023
PORTARIA	55/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=15923	Designa integrantes do Comitê de Gestão Documental e Arquivística no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.	11/01/2023
PORTARIA	37/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=15984	Estabelece regras para publicação de atos do Tribunal de Contas do Estado de Goiás no Diário Oficial do Estado de Goiás	09/01/2023
PORTARIA	36/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=15963	Estabelece regras para publicação de atos do Tribunal de Contas do Estado de Goiás no Diário Eletrônico de Contas - D.E.C.	09/01/2023
PORTARIA	26/2023	https://gnoi.tce.go.gov.br/ atoNormativo/Publicado?id=15962	Designa a Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.	09/01/2023



### Produção

Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão

### Revisão e Edição

Heloísa Lima, Bruno Balduino, Alexandre Alfaix (Diretoria de Comunicação)

### **Design Gráfico**

Anderson de Castro (Diretoria de Comunicação)

